

Plano Draghi e o acordo União Europeia-Mercosul

ARTIGO

Maria Cristina Pinotti
Economista

A situação enfrentada pela União Europeia (UE) aumenta as chances de o acordo comercial com o Mercosul ser assinado, beneficiando os países envolvidos. Novos desafios surgiram com a reversão da bonança provocada pelo crescimento chinês e pela energia barata importada da Rússia. A guerra de quase três anos na Ucrânia exige um sistema de defesa sólido na região. A imigração e o baixo crescimento econômico produzem reações xenófobas, alimentando

os movimentos de extrema direita, fortalecidos em muitos países, e colocando a democracia em risco.

O diagnóstico dos desafios atuais está em relatório produzido pelo italiano Mario Draghi, ex-presidente do Banco Central Europeu, e entregue à União Europeia em setembro deste ano, e indica caminhos e soluções. A perda de dinamismo na União Europeia é evidente: a diferença de seu produto interno bruto (PIB) em relação ao dos Estados Unidos passou de 15% para 30% entre 2002 e 2023. Isso decorre da baixa competitividade da economia, provocada, entre outras coisas, pelo custo da energia, considerado o maior entrave aos investimentos por 60% das empre-

sas (2023). O gás custa de três a cinco vezes mais na média da União Europeia do que nos Estados Unidos; a energia elétrica industrial é cerca de 80% mais cara. Sem um mercado unificado de energia, muitos países usam o mercado *spot*, gerando preços eleva-

dos e voláteis, com efeito cascata sobre toda a economia.

As necessidades de investimentos são enormes. Na defesa, os gastos passaram de 3% do PIB, em 1960, para o mínimo de 1,5%, atingido entre 2010-2015, e devem se estabilizar em torno de 2%. Seguem pesados investimentos em energia, principalmente renovável; em tecnologias avançadas; na digitalização; em infraestrutura; educação; saúde pública; transporte; etc.

Seriam necessários investimentos anuais adicionais em torno de 5% do PIB. Ambicioso? Sem dúvida, mas à altura dos desafios a serem enfrentados.

O importante é que há riqueza na região, como indica o superávit em conta corrente (3% do PIB). A poupança

não se transforma em investimentos por ineficiência da intermediação financeira. A unificação do sistema financeiro é crucial para o desenvolvimento da União Europeia. É preciso enfrentar o desafio de vencer feudos e grupos que se beneficiam da opacidade das regras do jogo e impedem a integração.

Draghi ressalta, no plano, a importância da consolidação de alianças comerciais preferenciais da União Europeia com países amigos e confiáveis, garantindo fornecimento de matérias-primas, alimentos, energia, etc. Ao aumentar a integração, o acordo da União Europeia com o Mercosul pavimenta o caminho para resolver problemas comuns a todos nós. ●

Plano ressalta a importância de consolidar alianças comerciais preferenciais com países amigos

Tributação São Paulo

Governador afirma que SP deve ter R\$ 33,5 bi para novos investimentos

Tarcísio ainda espera ter mais R\$ 4 bilhões que podem vir da renegociação da dívida paulista com a União

MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Em maio passado, quando apresentou a iniciativa de rever benefícios tributários, o governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse ao **Estado** que poderia obter um ganho de até R\$ 20 bilhões com as revisões de benefícios. Apesar do número menor divulgado agora, de R\$ 10,3 bilhões, ele diz não haver frustração e afirma que os ganhos nesse front se somam a outras iniciativas do programa intitulado São Paulo na Direção Certa, como a renegociação de dívidas tributárias, as privatizações e a revisão de benefícios previdenciários.

Com isso, a previsão é de que a capacidade de investir de São Paulo suba de R\$ 21 bilhões para R\$ 33,5 bilhões em 2025. Isso sem contar com a economia das renúncias tributárias e os R\$ 4 bilhões adicionais que poderão vir com a renegociação da dívida paulista com o governo federal, cujo projeto de lei complementar

foi aprovado no Senado a poucos dias do Natal.

Tarcísio afirma que prepara uma nova rodada de reforma administrativa para o ano que vem, mas não quis dar "spoiler". Ele diz que sua equipe elabora também uma lista de autarquias que serão extintas, numa agenda de redução do tamanho do Estado.

Na segunda-feira, o **Estado** mostrou que o governo de São Paulo gasta R\$ 2,3 milhões por mês em gratificações extras pagas a secretários, egressos do governo Jair Bolsonaro e

"Estamos fazendo o que dizíamos que iríamos fazer: cortar gastos, reduzir o tamanho da máquina, revisar benefícios, privatizar"

Tarcísio de Freitas
Governador de São Paulo

até ao cunhado de Tarcísio para ocupar cargos em conselhos e comitês de estatais. O governador se defende afirmando que os gastos vão diminuir com os cargos nessas empresas.

"À medida que a gente vai privatizando e extinguindo empresas, são conselhos e cargos que deixamos de ter. À medida que vou diminuindo o tamanho do Estado, eu vou diminuindo a quantidade de fun-

ções disponíveis. Elas existem hoje por um imperativo legal, mas, quando essas empresas são extintas, essas vagas também vão sendo extintas", afirmou.

COMPARAÇÃO. O governador fez um paralelo ainda com o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também tentou cortar renúncias tributárias, mas não obteve apoio no Congresso para todas as suas iniciativas.

"Estamos fazendo a nossa parte, fazendo o que dizíamos que iríamos fazer: cortar gastos, reduzir o tamanho da máquina, revisar benefícios, buscar a renegociação da dívida, privatizar. Muita gente achava impossível a gente privatizar a Sabesp em um ano e meio, e fizemos", disse.

"Estamos fazendo o dever de casa, entendendo o desafio fiscal e enfrentando a luta das corporações, os lobbies corporativos. Foram reuniões com a Fiesp e entidades para explicar o que estamos fazendo e a adequação das nossas medidas, o que precisa ser feito para deixar as contas saneadas numa visão de futuro e numa visão de quem quer recuperar capacidade de fazer investimentos", disse o governador. ●

Diretor de federação diz que bares e hotéis não repassarão alta

BRASÍLIA

A Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp) afirma que o aumento da alíquota de ICMS de 3,2% para 4% a partir de janeiro não deverá ser repassado para o preço da alimentação fora de casa. "Manifestamos ao governador que o aumento é importante, é 25%, não é qualquer coisa, mas diante do gesto dele, de rever conosco a tributação e entender o nosso argumento, não deverá ser repassado", diz Edson Pinto, diretor da Fhoresp.

Quando o governo de São Paulo anunciou que faria a revisão de benefícios tributários, em maio deste ano, o setor de bares e restaurantes temeu perder o regime especial de tributação e ser taxado pela alíquota padrão de 12% de ICMS. Pinto afirma que o aumento provocaria um aumento de 15% na alimentação fora de casa.

"Vai haver um aumento de alíquota de 25%, mas não é de 300%, como estava sendo inicialmente previsto", diz ele. "O setor vai absorver esse reajuste. Se houvesse o aumento de 300%, teria um aumento de pelo menos 15% (na alimentação fora de casa)."

A Fhoresp representa 502 mil empresas no Estado. Cerca de 15% não estão no Simples e, por isso, seriam atingidas pelo aumento de tributação.

"Quem fatura mais de R\$ 10 mil por dia não é uma empresa grande e já seria tributada", dis-

se Edson Pinto. "Não estamos falando de um Fasano, mas de bares e restaurantes que marcamos uma festa de aniversário, que saímos para jantar. Não é um quilo, mas é uma pizzaria um pouquinho melhor, que já está nessa tributação. São essas empresas que fizeram São Paulo ser conhecida por sua gastronomia internacionalmente."

O diretor da Fhoresp afirma que a negociação foi intensa e concluída no último momento, a poucos dias do prazo final do benefício. Ainda assim, ele vê diferenças entre o ajuste do governo de São Paulo e o realizado no plano federal.

Acordo
Dirigente afirma que aumento de 25% no ICMS vai ser absorvido pelo segmento no Estado

"O (ministro Fernando) Haddad queria acabar com o Perse (benefício para o setor de eventos), e houve uma reação forte para manter. O governo não trouxe motivos, disse que estava havendo fraude. Mas quem avalia os pedidos não é a Receita Federal? O discurso não faz sentido. São Paulo está mais coerente com as reformas e por isso damos nossa cota de sacrifício", disse ele, ao se referir ao Perse – um programa criado durante a pandemia para fomentar o setor de eventos e que o governo federal queria acabar, mas deve seguir até 2026. ● M.G.